



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 26 de julho de 2011

JORNAL DO COMMERCIO Caso Privatização .....	1
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO Prorrogação .....	2
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Superavit .....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO CNI .....	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO BC .....	5
NEGÓCIOS E SERVIÇOS	
A CRITICA PLANO DIRETOR DE MANAUS .....	6
POLITICA	
A CRITICA VENTILADOR E AR CONDICIONADO .....	7
ECONOMIA	
A CRITICA ADOLPHO LISBOA.....	8
CIDADES	
A CRITICA ADOLPHO LISBOA (continuação) .....	9
CIDADES	
AMAZONAS EM TEMPO CONTEXTO .....	10
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO CONTEXTO (CONTINUAÇÃO) .....	11
OPINIÃO	
AMAZONAS EM TEMPO O que esperar da PDC? .....	12
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO O que esperar da PDC? (CONTINUAÇÃO) .....	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Tablets .....	14
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Empregos .....	15
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Salário inicial fica abaixo da média .....	16
AMAZONAS	
DIÁRIO DO AMAZONAS INDICADORES .....	17
BRASIL	
MASKATE Atividade econômica teve alta de 0,5% em maio .....	18
ECONOMIA	
MASKATE Congresso libera R\$ 175 milhões para Dnit .....	19
POLITICA	

## Caso Privatização

# Permissionários querem administrar negócios no Adolpho Lisboa

Por Joelma Muniz

*Permissionários do 'Mercadão' estão aflitos com a possibilidade de privatização do local. Período de 60 anos de concessão também é criticado*

Preocupados com as consequências de uma possível privatização do Mercado Adolpho Lisboa, os permissionários do local estiveram ontem, 25, na CMM (Câmara Municipal de Manaus). A visita foi realizada para que os vendedores pudessem tirar suas dúvidas quanto ao PL (Projeto de Lei) nº 121/2011 do Executivo Municipal que estipula desapropriações de imóveis no Centro Histórico de Manaus e permite concessões à iniciativa privada para administração de mercados e feiras da cidade, mas também serviu para que os trabalhadores expressassem o desejo de administrar o espaço.

Estando em processo de reforma desde dezembro de 2006, através de um convênio entre a prefeitura e a Suframa (Superintendência da Zona Franca), tendo um orçamento de R\$ 5,3 milhões, o mercado deve-

rá ter suas obras entregues até o fim de 2011. Podendo ser a partir daí entregue à administração privada.

O presidente da Associação dos Permissionários do 'Mercadão', Fidelis Aguiar, destacou durante o encontro as adversidades dos permissionários durante os cinco anos em que o centro comercial vem passando por obras.

"Já passamos por muitas dificuldades, nossas famílias dependem desse projeto da prefeitura. Espero sairmos fortalecidos, acredito que podemos sim gerir e manter o mercado com recursos próprios", destacando a possibilidade da formação de uma cooperativa para que os permissionários possam participar de eventual processo licitatório, caso a maioria dos 38 parlamentares da Casa deem voto favorável ao projeto.

Quem se comprometeu a intermediar o processo junto a OCB/AM (Organização das Cooperativas do Brasil) foi o vereador Elias Emanuel (PSB). O parlamentar da base de oposição já declarou ser contra o PL do Executivo, salientando que deverá apresentar emendas à matéria.

Emanuel prometeu se reunir na tarde de ontem com dirigentes da OCB/AM e com o diretor-presidente do Instituto do Patri-

mônio Histórico Nacional no Amazonas (Iphan/AM), Juliano Valente, para tratar o projeto.

Representando o Executivo, o vereador Leonel Feitoza (PSDB) assegurou que o principal objetivo da iniciativa da prefeitura é a organização do mercado, o líder do prefeito Amazonino Mendes remeteu à iniciativa privada maior possibilidade de manutenção e administração do patrimônio público.

"O contrato será de trinta anos, podendo ser prorrogado por mais trinta, essa é uma maneira que o Poder Municipal encontrou de diminuir o ônus referente a obras", informando que mesmo existindo pedido de urgência, o PL só entrará em pauta depois de ser discutido de forma "exaustiva" com os permissionários.

Crítica do projeto, a vereadora Lúcia Antony (PcdoB) defende critérios rigorosos quanto ao período de concessão.

"Sessenta anos passam duas gerações, no mínimo, de uma mesma família. Sessenta anos depois teremos nossas feiras e nossos mercados de volta? Nesses sessenta anos, aonde a população vai comprar produtos mais baratos? O feirante vai poder trabalhar onde, pois ele vai deixar de ser concessionário para ser locatário?", indagou.

## Prorrogação

# Programa Drawback Integrado Suspensão pode beneficiar Polo Industrial

POR LUANA GOMES

*Representantes ouvidos pelo J.C apontaram que incentivo será favorável, desde que haja entendimento*

Para quem tem uma balança com deficit de US\$ 5,71 bilhões, de acordo com dados do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), a renovação do Programa Drawback Integrado Suspensão, anunciado pelo governo em publicação do DOU (Diário Oficial da União), pode ser uma 'pedra no sapato', mas há quem veja reflexos positivos para o PIM (Polo Industrial de Manaus).

Segundo o economista José Laredo, a medida contribuirá para beneficiar a ZFM (Zona Franca de Manaus), "uma vez que nossas exportações no ano passado representaram apenas 10% do total importado em dólares". "O Polo tem tido um deficit crescente em

sua balança de pagamentos, apesar dos enormes avanços em termos de faturamento, emprego e renda destinados a cidade de Manaus", ponderou.

Laredo explica que, a partir do programa, há uma redução de 60% a 70% nos custos sobre as importações, e de cerca de 35% nas operações de aquisições no mercado interno, sem contar com o valor do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

O mecanismo permite a suspensão de IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), do PIS (Programa de Integração Social), da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e do Imposto de Importação na aquisição interna ou importação de insumos a serem utilizados na produção de bens a serem exportados, além de isentar o ICMS apenas na importação.

Porém, o economista lembra que estas desonerações ocorrem quando a empresa compromete-se a exportar para o mercado internacional os bens adquiridos e/ou produzidos com os insumos desonerados.

De acordo com a assessoria

do Ministério, qualquer empresa está habilitada pela Receita Federal para operar no comércio exterior, contudo, "a única vedação existente na legislação diz respeito à concessão do regime para importação de mercadoria utilizada na industrialização de produto destinado ao consumo na ZFM (Decreto-Lei no 1.435, de 16 de dezembro de 1975, art. 7º)".

Apesar disso, o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco, argumenta que, caso o empresário tenha importado com o objetivo de atender o mercado brasileiro, ele estará sujeito ao artigo 7º, contudo, se o exportador decidir importar a matéria-prima para destinar a produção ao exterior, poderá fazê-lo sem problema.

A assessoria da Suframa também responde que o Programa Drawback não consiste em obstáculo para a ZFM, já que dispõe de incentivos equiparados ao modelo, com a suspensão dos tributos exigíveis na importação.

Segundo o setor de comunicação do Ministério, não há razão, por exemplo, para suspender o imposto de importação concedido pelo modelo

por drawback, se este tributo já conta com isenção por parte da Zona Franca. "Teoricamente, é possível à empresa da Zona Franca utilizar o regime de drawback para a produção de bens que serão efetivamente exportados. No entanto, há de se verificar se, na prática, isso compensa, tendo em vista os benefícios já conferidos pelo regime".

## Por dentro

### Motivos da Prorrogação

De acordo com informações do Mdic, a condição essencial para a concessão do regime de drawback é a exportação dos bens previstos no ato concessório. O objetivo do prazo adicional é permitir que as empresas que não conseguiram exportar no prazo inicialmente estabelecido, devido a dificuldades relacionadas aos mercados importadores, cumpram essa condição.

## Superavit

### 'Primário de 2011 é maior do que para igual período de 2010'

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou que o superavit primário do governo central acumulado de janeiro a junho deste ano de R\$ 55,52 bilhões é bem maior do que os R\$ 24,89 bilhões registrados no primeiro semestre do ano passado.

O ministro reafirmou que o avanço da arrecadação não será utilizado para aumentar as despesas que, segundo ele, estão crescendo em ritmo menor às receitas.

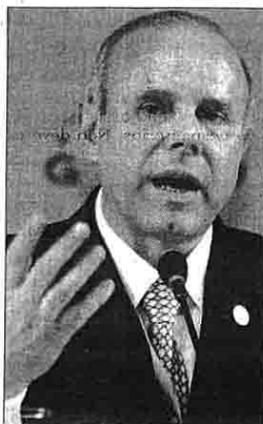
De acordo com Mantega, a arrecadação subiu 19,3% de janeiro a junho deste ano contra 10,8% de avanço das despesas. No primeiro semestre do ano passado, as receitas subiram 19,2% ante avanço de 18,2%

dos gastos públicos.

"Temos como princípio que as despesas cresçam menos do que o avanço registrado pela economia (PIB)", afirmou.

Em entrevista a jornalistas, após participar de almoço com empresários, Mantega destacou a boa evolução da arrecadação, mas foi muito enfático ao afirmar que o governo não vai relaxar no cumprimento da meta do superavit primário que, segundo ele, será de 3% do PIB.

"Posso garantir que não vamos usar o aumento da arrecadação para elevar as despesas. Não vamos liberar novas despesas com aumento de arrecadação", afirmou, ressaltando que excesso de receitas even-



tualmente poderá ser direcionado para desoneração tributária da sociedade.

Mantega destacou que o rigor fiscal do governo é um dos principais elementos que está colaborando para reduzir o ritmo do IPCA.

"Há um pouso suave da inflação. Todos os indicadores mostram que a inflação de junho é menor do que a de maio", ressaltou.

Mantega, contudo, afirmou que como o combate à inflação é prioridade número um do governo o Banco Central continua

com total liberdade para agir para cumprir as metas estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

"Se o Copom vai continuar elevando ou não os juros isso precisa ser perguntado ao Banco Central", concluiu.

Mantega afirmou ainda que o "combate à inflação é uma questão de honra para o governo. O Brasil seguirá empenhado no controle da inflação e vai continuar a tomar todas as medidas necessárias para que isso ocorra".

O ministro afirmou que o IPCA de julho deve ter um número parecido com o do IPCA-15, que subiu 0,10% neste mês.

*Guido Mantega afirmou que o superavit primário do governo central acumulado é de R\$ 55,52 bilhões*

## CNI

# *PIB brasileiro deve ficar em 3,8% no ano, segundo a entidade*

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) manteve as suas estimativas para o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no patamar de 3,8%, conforme anunciado pela entidade em junho. A expectativa para a expansão do PIB industrial também ficou estável em 3,2%.

Outros dois indicadores que se mantiveram no mesmo patamar foram o consumo das famílias e a inflação.

O primeiro ficou em 4,5% e o segundo, em 6,0%. Já a taxa de desemprego teve um leve recuo e passou de 6,0% para 5,9%.

A previsão da entidade para o valor do dólar no

fim deste ano recuou de R\$ 1,63 para R\$ 1,59.

A taxa média de juros teve redução de 0,06

---

*Ataxa média de juros teve redução de 0,06 pontos percentuais e ficou em 12,07%. Para o ano, a expectativa é que a taxa de juros fique em 12,50%*

---

pontos percentuais e ficou em 12,07%. Para o ano, a expectativa da entidade é que a taxa de juros fique em 12,50%, mesma taxa estipulada pelo Copom (Comitê de

Política Monetária) na semana passada.

### **Setor externo**

A CNI elevou a previsão para o deficit público nominal, de 3,05% para 3,20% do PIB.

A estimativa para a dívida pública líquida também apresentou queda de 39,9% para 39,5% do PIB. O superávit primário (economia para pagamento dos juros da dívida) ficou estável em 2,7%.

A previsão para as exportações e importação se manteve estável e ficou em US\$ 250 bilhões e US\$ 230 bilhões, respectivamente. A estimativa de saldo comercial ficou em US\$ 20 bilhões.

### BC

## Brasil atrai investimentos estrangeiros para empresas

*Nos cinco meses do ano, os ingressos de capital estrangeiro na faixa de US\$ 500 mi a US\$ 1 bi ficaram com a fatia de 17,2%*

**O** Brasil tem atraído investimento estrangeiro direto de grande porte. Segundo dados do Banco Central (BC), o investimento estrangeiro em empresas brasileiras com aportes acima de US\$ 1 bilhão chegou a 29,3% (US\$ 7,758 bilhões) do total de US\$ 26,499 bilhões de ingressos para a partici-

pação no capital de janeiro a maio deste ano.

No ano passado, os aportes acima de US\$ 1 bilhão também lideraram esse tipo de investimento, ao alcançar 32,2% do total (US\$ 15,635 bilhão). Em 2009, auge da crise financeira internacional, a participação dos ingressos de maior porte ficou em 5,6%, após registrar

18% em 2008.

Nos cinco meses do ano, os ingressos de capital estrangeiro na faixa de US\$ 500 milhões a US\$ 1 bilhão ficaram com a fatia de 17,2%. A faixa que tem a menor participação é a de US\$ 10 milhões a US\$ 20 milhões (5,3%).

Mas, de acordo com o presidente da Sociedade Brasilei-

ra de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), Luis Afonso Lima, não é uma tendência ter concentração de grandes valores de investimentos nas empresas. Segundo ele, os dados de 2010 e deste ano foram influenciados por uma grande operação no setor de telecomunica-

ções. "Isso distorce a estatística, mas não representa uma tendência", disse.

De acordo com Lima, o ideal é que o país fique menos dependente de poucas aplicações de grandes valores e receba investimentos em todos os setores e de vários países.

Segundo os dados do BC, o setor que mais recebeu in-

vestimento no capital das empresas é o de serviços: 60% de janeiro a maio deste ano. O segmento de telecomunicações lidera o ranking do setor de serviços, com 22,5%. A indústria recebeu 27% dos ingressos, com destaque para a metalurgia (11,7%). Em seguida vem agricultura, pecuária e extrativa mineral (12,7%).

Manaus, terça-feira, 26 de julho de 2011.

## PLANO DIRETOR DE MANAUS

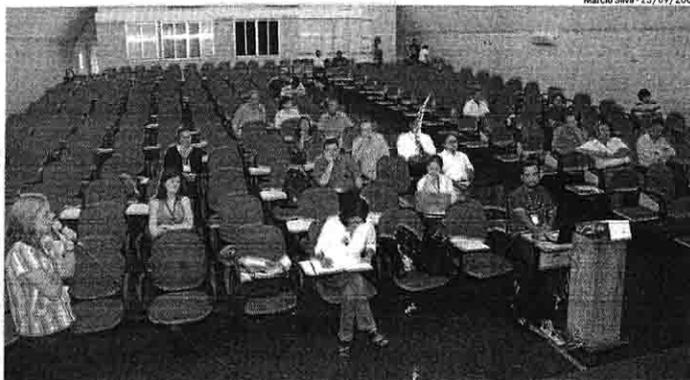
# Audiências para ouvir a população iniciam hoje

Com atraso de quatro anos, Prefeitura retoma processo de revisão das regras que definem como o território urbano deve ser ocupado. A revisão deveria ter ocorrido em 2007. Mas só começou em 2009.

O Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb) encaminhou à Câmara Municipal de Manaus (CMM) o cronograma de audiências públicas e nova metodologia de revisão do Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus (PDUAM). As audiências começam a partir de hoje.

O prazo para concluir os estudos totaliza 270 dias, envolvendo a aplicação de questionários, as audiências públicas e a confecção do anteprojeto de lei para apreciação do Legislativo Municipal, informou o Implurb.

A audiência de abertura será realizada no Parque Municipal do Idoso, no bairro Nossa Senhora das Graças, Zona Sul de Manaus, das 18h às 22h. Nesta primeira etapa, haverá um levantamento de informações com a apresentação dos dados colhidos junto à comunidade por intermédio da aplicação proporcional de questionários nos 63 bairros da cidade.



Baixa participação popular em 2009 comprometeu os resultados da atualização do Plano Diretor de Manaus

"Todo cidadão pode e deve participar das reuniões, lembrando que a recomendação é que escolham as audiências próximas à zona de domicílio, ou seja, mais próxima do seu bairro, para contribuir com a

realidade do local em que reside", ressalta o diretor de Planejamento Urbano do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), Pedro Paulo Cordeiro.

A Prefeitura de Manaus tam-

bém disponibilizou no site [www.planodiretor.manaus.am.gov.br](http://www.planodiretor.manaus.am.gov.br), por meio do link 'Audiências Públicas', as datas, locais e horários das audiências para discutir as temáticas de interesse do município.

### Área metropolitana

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria da Região Metropolitana de Manaus (SRMM), pagou R\$ 6,8 milhões para o consórcio formado pelas empresas Vetec e Valente elaborarem o Plano Diretor da Região Metropolitana de Manaus (RMM).

As próximas audiências vão acontecer no dia 27 de julho no Teatro La Salle, Zona Centro-Oeste; dia 28 de julho no Clube do Trabalhador, Zona Leste; dia 29 no Auditório da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Zona Sul; dia 1º de agosto no Auditório do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM), Zona Oeste e no dia 2 de agosto no Auditório do Ceti Marcantônio Villaça II, Zona Norte.

O Plano Diretor Urbano e Ambiental de Manaus começou a ser revisado em maio deste ano a fim de estabelecer as diretrizes de ocupação urbana para a organização do crescimento do município. O atual plano está em vigor desde 2002.

A revisão funcionará como diagnóstico atualizado da cidade. Será feita por meio de questionários e audiências para exposição do material e aprovação das propostas pela população e organizações da sociedade civil, conforme manda o Estatuto da Cidade.

### Estudos custam R\$ 2,9 mi

A Prefeitura de Manaus, por meio do Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano (Implurb), assinou contrato, no valor de R\$ 2,9 milhões, com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi) para realização do estudo envolvendo a revisão do Plano Diretor do Município. A fundação é responsável pela realização das audiências públicas para levantar e organizar as críticas, sugestões e recomendações dos representantes da sociedade civil organizada.

Além do Implurb e da Câmara Municipal de Manaus, o Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM) também participa do processo de revisão do Plano Diretor. O primeiro plano, datado de 1975, tinha previsão de ser revisado dentro de um prazo de 20 anos, o que só ocorreu em 2002. Nesse ano, ficou definido que as revisões teriam que ser feitas de cinco em cinco anos. A mais recente deveria ter ocorrido em 2007. Mas só teve início em 2009 e está em curso.

## VENTILADOR E AR CONDICIONADO

# Verão aquece as vendas

Comerciantes já registram alta de 15% a 20% na venda desses produtos. Além do calor, promoções atraem consumidores

**CIMONE BARROS**  
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

As altas temperaturas do verão amazônico aquecem as vendas de ar-condicionados e ventiladores em Manaus, que já apresentaram um incremento de cerca de 10% ante o mesmo período do ano anterior. A expectativa dos lojistas é ter um aumento na comercialização dos produtos de 15% a 20% até novembro, quando termina o verão. De agosto a novembro, o aumento no consumo de energia fica de 30% e 40% superior ao registrado durante o inverno, segundo Amazonas Energia.

De acordo com o gerente regional da City Lar, Daniel Sampaio, as lojas da rede sentem há um mês o aumento na procura de ar-condicionado, principalmente dos modelos split, que tiveram uma queda no preço nos últimos anos. "O ar-condicionado de janela ainda é o campeão de vendas, mas a distância entre ele e o split diminuiu muito", contou.

Além do calor, também são decisivos para as vendas dos aparelhos as promoções e as facilidades de pagamento. Na City

### Produção

O Polo Industrial de Manaus produziu de janeiro a maio deste ano 458.808 condicionadores de ar de janela e de parede, o que representa 9,92% a mais que no mesmo período do ano passado (417.385), de acordo com dados da suframa. Em relação ao condicionador de ar split system foram produzidos 1.140.402 unidades em todo o ano passado.

Lar, o cliente pode pagar em até 36 vezes no cartão da própria loja. O split Springer de 9.000 BTUs está custando R\$ 569. O ar de janela Springer Duo de 7.500 BTUs está saindo por R\$ 579. "Estamos vendendo uma média de 70 ar-condicionados de janela por semana nesta loja, contando somente as peças que são entregues na hora", contou Adriano Ramos, gerente de loja da City Lar, na Eduardo Ribeiro, Centro. Sem aguentar mais o calor, a



Há um mês, movimento de clientes tem sido intenso nas lojas que comercializam condicionadores de ar e ventiladores

professora Dora Machado, 58, resolveu comprar dois ar-condicionados. Ela fez pesquisa de preço e consumo de energia dos aparelhos. "Eu uso ventilador, mas está muito quente e vou comprar dois ar-condicionados

de janela para colocar nos quartos do meu apartamento, já que esse modelo é mais barato e tem o lugar pronto para colocá-los", disse a professora.

Na Ramsons do Centro, há 40 dias as vendas ganharam im-

pulso e o modelo split sai até mais que o de janela, segundo o gerente de loja, Francisco Alves. "Nós já aumentamos as vendas de ar em 13% e, até o fim do verão, esperamos chegar a 20%, 22%", revelou.

A Ramsons possui 16 lojas em Manaus. Só na unidade da Eduardo Ribeiro são vendidos 18 splits e dez ar aparelhos de janela, em média, por dia. O aparelho de janela da Consul - de 7.500 BTUs - está saindo por R\$ 589 e o split Gree de 12.000 BTUs, por R\$ 899, divididos em até "10 vezes sem juros no cartão".

De acordo com o diretor geral da Apa Móveis, Ari Jorge Abrão, esta é a época em que mais se vende aparelhos de ar condicionado e ventiladores. Na rede, que possui 12 lojas, o campeão de vendas é o ventilador de 30 centímetros, com preços a partir de R\$ 39,90. O ar de janela da marca Gree de 7.000 BTUs está custando R\$ 499. "Nossa expectativa é crescer nesse segmento até o fim do verão de 12% a 15%".

Na compra do split, o consumidor deve ficar atento à instalação que, geralmente, é paga separadamente a uma empresa credenciada junto a varejista. O preço varia de R\$ 200 a R\$ 300, em média, com a instalação de até três metros de tubulação. O valor depende da potência e do nível de dificuldade de instalação.

ADOLPHO LISBOA

# Permissionários querem Mercado

Comissão esteve na Câmara Municipal de Manaus para reivindicar o direito de administrar o Mercado Adolpho Lisboa. Comerciantes temem 'privatização'

Uma comissão formada por permissionários do Mercado Municipal Adolpho Lisboa esteve ontem, na sede da Câmara Municipal de Manaus (CMM), no bairro Santo Antônio, Zona Oeste, para reivindicar o direito de administrar o espaço comercial. O Adolpho Lisboa está em reforma e a obra está prevista para ser entregue no final deste ano.

Os permissionários foram até a Câmara acompanhados pelo deputado estadual Marco Antônio Chico Preto (PMDB) e foram recebidos pelos vereadores da base aliada do prefeito, Leonel Feitoza (PSDB), Paulo De'Carli (PRTB) e Wilker Barreto (PHS). Na ocasião, os vereadores

da base aliada sugeriram a criação de uma cooperativa para que eles tenham o direito de concorrer à licitação.

Feitoza destacou que o objetivo do projeto de lei do Executivo, que define a concessão do espaço comercial, é organizar o mercado, dando à concessionária a responsabilidade de manter o patrimônio público. Ele explicou que o contrato será firmado por 30 anos e poderá ser prorrogado por mais 30.

Para ele, esta é uma forma de desonerar o Poder Municipal, que poderá aplicar o ônus em outras obras. O vereador disse, ainda, que mesmo diante do pedido de urgência o projeto só entrará em

votação após a discussão exaustiva com os permissionários.

"Esta é uma obra cara. Não podemos permitir que em 10 anos esteja depredada, portanto esta é uma forma de forçar os permissionários a ter a responsabilidade de manter o patrimônio histórico. A prefeitura não tem intenção de retirar ou prejudicar ninguém", disse.

Na reunião, o presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Adolpho Lisboa, Fidélis Aguiar, lembrou que o processo de restauro teve início há cinco anos, com algumas peculiaridades, como foi o caso do incêndio que aconteceu no ano passado, trazendo grande prejuízo aos feirantes.



Feirantes afirmam que conseguem administrar mercado, mas vereador se diz temeroso

## Saiba mais

### >> Projeto de lei

A preocupação da Associação dos Permissionários do Mercado Adolpho Lisboa em relação ao destino no espaço ocorre em virtude do envio - pela Prefeitura de Manaus, para a Câmara

Municipal analisar e votar - de um projeto de lei com o objetivo de terceirizar a administração dos mercados e feiras populares da cidade, tanto os já existentes quanto os que a prefeitura pretende construir.

## Preocupação de feirantes é pertinente

O presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Adolpho Lisboa, Fidélis Aguiar, explicou a ida deles até a sede do Poder Legislativo Municipal, ontem. Ele disse acreditar que o projeto que tramita na Câmara Municipal de Manaus poderá mudar a vida das pessoas que já estão trabalhando no local há mais de 30 anos.

"Esperamos que os feirantes da cidade de Manaus possam sair deste processo fortalecidos, e que possamos gerir a manutenção das feiras com recursos próprios", afirmou Aguiar.

O incêndio a que se referiu Aguiar anteriormente, ocorreu ano passado e destruiu parte as barracas construídas, de forma improvisada, ao lado do mercado, para que os permissionários continuassem trabalhando no período de restauro.

## ADOLPHO LISBOA (continuação)

# Feirantes do Adolpho Lisboa sem garantias

A base de apoio do prefeito Amazonino Mendes (PTB) na Câmara Municipal de Manaus (CMM) recomendou aos permissionários do Mercado Municipal Adolpho Lisboa, cuja obra de reforma esta prevista para ser concluída até o final deste ano, a criação de uma cooperativa para que eles tenham o direito de concorrer à licitação que deve ser realizada pela Prefeitura.

A recomendação foi feita pelos vereadores Leonel Feitoza (PSDB), Paulo De Carli (PRTB) e Wilker Barreto (PHS) durante reunião com os feirantes que aconteceu na manhã de ontem na CMM. Os permissionários foram reivindicar o direito de administrar o espaço comercial do mercado. Eles estavam acompanhados do deputado estadual Marco

Antônio Chico Preto (PMDB).

De acordo com Leonel Feitoza, líder do prefeito, a recomendação foi destinada não só aos permissionários do Adolpho Lisboa, mas aos de feiras e demais mercados da cidade. "O que a Prefeitura quer é que os próprios permissionários tomem conta dos espaços, que possam administrar os locais", afirmou o vereador.

A reforma do mercado municipal está orçada em R\$ 12 milhões, com recursos oriundos da Prefeitura e de convênios com Ministério da Cultura e Suframa. Ainda na reunião, o presidente da Associação dos Permissionários, Fidelis Aguiar lembrou que grande parte dos associados trabalha no mercado há mais de 30 anos e espera não ser prejudicada pelo projeto de privatização.

## CONTEXTO

# *Arthur Neto e Marilene Corrêa imortais*

Além de ser homenageado esta semana na Câmara Municipal de Manaus, o ex-senador Arthur Neto (PSDB) também foi cotado para assumir uma cadeira na Academia Amazonense de Letras (AAL). Seu nome foi cogitado no último sábado, durante assembleia-geral, quando dois novos membros foram eleitos a petista e ex-reitora da UEA, Marilene Corrêa e o escritor Francisco Vasconcelos.



Nem quando estava no Senado, Arthur Neto foi tão prestigiado em seu Estado. Opositorista ao governo Lula, que tinha alta aprovação no Amazonas, Arthur nem sempre era compreendido por seus ásperos discursos, a não ser quando era em defesa da Zona Franca de Manaus.



E foi justamente em um momento de ameaça ao Polo Industrial de Manaus que ele foi mais lembrado no Amazonas.



### CONTEXTO (continuação)

“Como relator, vou brigar para que o PIM não seja prejudicado com essa Medida Provisória, pelo contrário, a luta será para que o nosso modelo econômico saia fortalecido”

Do senador Eduardo Braga (PMDB), sobre a MP 534, que desonera a produção de tablets no Brasil

## O que esperar da PDC?

**RICHARD RODRIGUES**

Equipe do EM TEMPO

richard@emtempo.com.br

**A** uma semana da divulgação do texto da Política de Desenvolvimento da Competitividade (PDC), pelo governo federal, o empresariado amazonense se mostra apreensivo diante de possíveis ameaças ao parque fabril local. Entidades ligadas ao setor admitem que a elaboração do documento – voltado para a inovação, exportação e investimento, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) – não teve suas opiniões levadas em conta, mas seguem com expectativas positivas.

Na última quarta-feira (20), o secretário-executivo do Mdic, Alessandro Teixeira, informou que o texto já está pronto, faltando apenas uma última revisão

da presidente Dilma Rousseff sobre as medidas. Segundo ele, como a chefe de Estado exigiu custo-benefício ao máximo, a política tem a melhor maximização já vista até hoje.

Para o diretor-executivo da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Flávio Dutra, a entidade está na expectativa da divulgação do texto, já que, até o momento, ainda não há nada de concreto sobre sua constituição. "Nós não temos conhecimento da PDC que será divulgada em 2 de agosto", admitiu o diretor-executivo, ao acrescentar que seria conveniente a participação de órgãos e entidades ligadas a indústria local na elaboração.

Dutra acrescentou que ao menos uma minuta deveria ter sido divulgada, assim como o Estado merecia maior participação na elaboração da política. "Estamos no aguardo da divulgação, até porque dizer que a proposta tem como prioridade a inovação, exportação e investimento é algo genérico", observou.

O vice-presidente do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Celso Piacentini, concordou com Dutra. Ele garantiu que os princípios e diretrizes do texto adiantados pelo Mdic, até então, são óbvios. "O que nós precisamos saber

é o que será feito e quais mecanismos serão adotados para que se tenha êxito nas atividades industriais no Estado", disse.

Piacentini destacou que a política industrial deve ser voltada para sanar entraves como

o escoamento dos produtos industrializados no PIM e incentivos à exportação, assim como ações voltadas para que os laços entre a indústria e as universidades sejam estreitados. "Esse relacionamento é praticamente inexistente, e, nesse caso, políticas devem ser estabelecidas para incentivar a inovação", completou o vice-presidente do Sinaees.

A reportagem do EM TEMPO entrou em contato com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para sondar se houve participação da autarquia na elaboração do texto da PDC, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

.....  
**Fieam e Sinaees  
concordam que PDC  
seja uma icógnita  
para o Estado, mas  
lamentam ausência  
durante o  
processo de criação**

## O que esperar da PDC? (continuação)

# Política terá alcance amplo

Segundo o Mdic a nova medida deverá otimizar diferentes setores e será uma política ampla. "Não é uma política industrial estanque. Sabemos que se tiver agregação de valor se consegue exportar mais, mas para isso precisa ter mais investimento. Por isso não é um ponto, mas vários pontos", destacou o secretário-executivo da pasta, Alessandro Teixeira.

Ele ressaltou que os pilares

da política serão o aumento da agregação de valor local e inovação tecnológica.

Para sustentar os pilares centrais, a estrutura da PDC prevê aumento do nível de investimento, desdobramento do conceito de inovação, que vai desde o marco legal até o financiamento de inovação e também exportações. "Esses são elementos centrais para a competitividade da indústria. De forma direta, para o Brasil ser competitivo precisa inovar

cada vez mais, porque continua gerando novos produtos e atendendo ao mercado", disse Teixeira.

Para o Mdic, com maior valor agregado nas cadeias produtivas, haverá melhorias tanto nas áreas tributárias e fiscais, quanto na defesa comercial e capacitação de recursos humanos, além de uma série de medidas de financiamento. O ministério não adiantou o número total de medidas.

## Tablets

# ADI do Governo sai ainda nesta semana

**HENRIQUE SAUNIER**

Especial para o EM TEMPO

henrique@emtempo.com.br

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), preparada pelo Amazonas para derrubar o decreto paulista que incentiva a produção de tablets naquele Estado, deve sair amanhã. Com finalização prevista para ontem, o documento será protocolizado no Supremo Tribunal Federal (STF) assim que for assinado pelo governador Omar Aziz.

A afirmação veio do procurador geral do Estado, Frânio Lima. Ele informou que a ADI está praticamente pronta e que até hoje deve ser levada até Aziz. "Depois de assinada, em um prazo de até 24 horas a gente dá entrada no STF. Bem antes do fim dessa semana a ação será ingressada", declarou.

Com o documento, o Amazonas tenta derrubar o decreto de número 57.144, assinado pelo governador de

São Paulo, Geraldo Alckmin, que beneficia a produção de tablets com desoneração da carga tributária de 7% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações realizadas no Estado, além do crédito de 7% na saída do produto.

O Amazonas usará, na ação, o argumento de que o conteúdo do decreto não passou pelo crivo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), além de alegar que o mesmo produto não pode ter dois benefícios distintos.

De acordo com o secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, existem cinco fábricas que estão produzindo, ou em vias de produzir o tablet no Amazonas. Uma das preocupações é que alguma dessas empresas recue o investimento, mesmo com a aprovação de projetos no Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Codam).

## Empregos

# Manaus apresenta saldo positivo

No mercado de trabalho formal, Manaus registrou saldo positivo de 27.630 empregos nos últimos 12 meses, segundo dados do boletim informativo do Observatório do Trabalho, setor ligado ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e à Secretaria Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Social (Semtrad).

O resultado é atribuído, principalmente, ao desempenho da indústria de transformação, com saldo de 17.834 vagas ou 64,5% do total, seguido pelo setor de serviços que apresentou 6.507 postos, o que corresponde a 23,6% do montante.

O segmento do comércio também obteve representação expressiva, com 9,2% do total, enquanto a construção civil gerou 881 vagas com 3,2% do valor global. Diferentemente desses segmentos, a administração pública ficou um saldo negativo de 257 postos.

No período de janeiro a maio

deste ano, Manaus alcançou um saldo de 21.274 postos. A marca representa incremento de 61,8% em comparação ao mesmo período do ano passado. Em 2009, o saldo foi negativo, com a redução de 13.126 postos nos primeiros seis meses do ano.

### Destaque para junho

Somente no mês passado, o montante de empregos formais registrado na capital amazonense foi de 4.672 postos. Quantidade 56,7% superior a do mesmo período de 2010, resultado positivo que valeu o terceiro melhor desempenho para o município desde 2002.

Em 2009, mesmo com saldo favorável, a marca ainda ficou muito abaixo do registrado para a mesma temporada deste ano - 976. O saldo de junho de 2011 aponta para uma franca recuperação, embora ainda não se tenha alcançado os patamares de 2007, melhor resultado para o mês, nos últimos 10 anos - 6.786.



BRENO FREITAS

De janeiro a junho deste ano, indústria de transformação apresentou saldo de 17.384 empregos, 64,5% do total contabilizado no mesmo período

O segmento de destaque no mês ainda ficou com a indústria de transformação, com 3.725 postos ou 79,7% do total. A construção civil registrou veio em seguida, com saldo de 499 postos, isto é, 10,7% do saldo. O setor de comércio, em terceiro, registrou boa participação ao alcançar marca de 7% do montante do mês.

### Dados nacionais

O Brasil gerou, em junho, 215.393 postos de trabalho. O resultado foi o segundo melhor do mês desde a série iniciada em 1996. Em comparação ao mesmo mês de 2009, o aumento foi de 80,31%, patamar semelhante ao atingido em 2010 - com vantagem de quase 1% para este ano.

## Salário inicial fica abaixo da média

**Beatriz Gomes**

Da Redação

Manaus, Amazonas

**No primeiro semestre de 2011, os salários médios de admissão no Amazonas apresentaram aumento real (descontada a inflação) de 1,37%, em relação ao mesmo semestre de 2010, ao passarem de R\$ 821,74 no ano passado para R\$ 832,96, em 2011. O aumento ficou abaixo do crescimento do salário médio inicial tanto da Região Norte (1,87%) quanto do Brasil (3,04%).**

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), enquanto o salário inicial dos homens aumentou 1,56% nesse primeiro semestre, o das mulheres teve um aumento real de 1,07%.

A média do salário inicial feminino passou de R\$ 760,95 no primeiro semestre do ano passado para R\$ 769,11 esse ano, já o masculino saiu de uma média de R\$ 852,54, em 2010, para R\$ 865,87, em 2011.

Apesar do ganho real no salário inicial do trabalhador do Amazonas ter ficado abaixo do nacional, para o titular da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas (SRTE), Dermilson Chagas, o resultado é positivo pois além de movimentar a economia local, o aumento vem acompanhado de benefícios. "Além da entrada de mais dinheiro na economia, o aumento vai para o trabalhador também em forma de benefícios como plano de saúde, participação no lucro, entre outros", ressalta Chagas.

Dentre as 27 Unidades da Federação, 23 apresentaram elevação, comparado com o ano passado. Destaque para



O salário médio de admissão pago para as mulheres ficou em R\$ 769,11 e o valor repassado aos homens fechou em R\$ 865,87 / Foto: Jair Araújo

Paraná (6,55%), Pernambuco (5,27%), Amapá (4,12%) e Santa Catarina (3,88%) com os maiores aumentos. Os Estados que apresentaram redução real dos salários de admissão foram Sergipe (-3,64%), Piauí (-2,97%), Roraima

(1,36%) e Tocantins (-0,60%).

No Brasil, o salário médio de admissão foi calculado em R\$ 900,70. O Amazonas figura em oitavo lugar no ranking do salário médio de admissão entre os estados. São Paulo (R\$ 1.032,73), Rio de Janeiro (R\$ 1.005,56),

Distrito Federal (R\$ 904,97), Santa Catarina (R\$ 875,67) e Paraná (R\$ 872,68) são os Estados com os maiores salários.

### Escolaridade

Por grau de instrução, o maior aumento real do salário médio de admissão no primeiro semestre deste ano, comparado a 2010, foi no Ensino Superior completo, com crescimento de 3,84%. O valor médio na hora da admissão desses profissionais passou de R\$ 2.253,80 entre janeiro e junho de 2010 para R\$ 2.340,33 em 2011. Logo após, vêm os profissionais até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental, com 3,82%, do 6º ao 9º ano incompleto do Ensino Fundamental, com 3,68%, e até o 5º completo do Ensino Fundamental, com 3,40%. O menor aumento ficou para os profissionais com Ensino Médio Incompleto que foi de 1,74%

Fale com o editor  
redacao@diarioam.com.br

INDICADORES

# Cresce projeção do PIB deste ano

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elevou suas expectativas para a atividade econômica brasileira neste ano, reduziu sua projeção para o câmbio ao final do ano e ainda manteve a previsão para inflação e juros estável.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse ontem que a economia brasileira está registrando um crescimento sustentável, cuja expansão deve atingir 4,5% este ano.

A atividade econômica no País cresceu 0,5% em maio ante abril, já descontadas as influências sazonais, segundo a empresa de consultoria Serasa Experian.

Na comparação entre maio deste ano e igual período do ano passado, houve crescimento de 3,2%. Já nos últimos 12 meses, a expansão chegou a 5,1%.

Segundo informações da Serasa, em maio, a indústria foi o setor que puxou o crescimento da atividade econômica no País. A soma do valor dos bens produzidos e vendidos aumentou 2,8% ante abril. Já o setor de serviços cresceu 0,7% e a agropecuária, 0,2%.



## Atividade econômica teve alta de 0,5% em maio

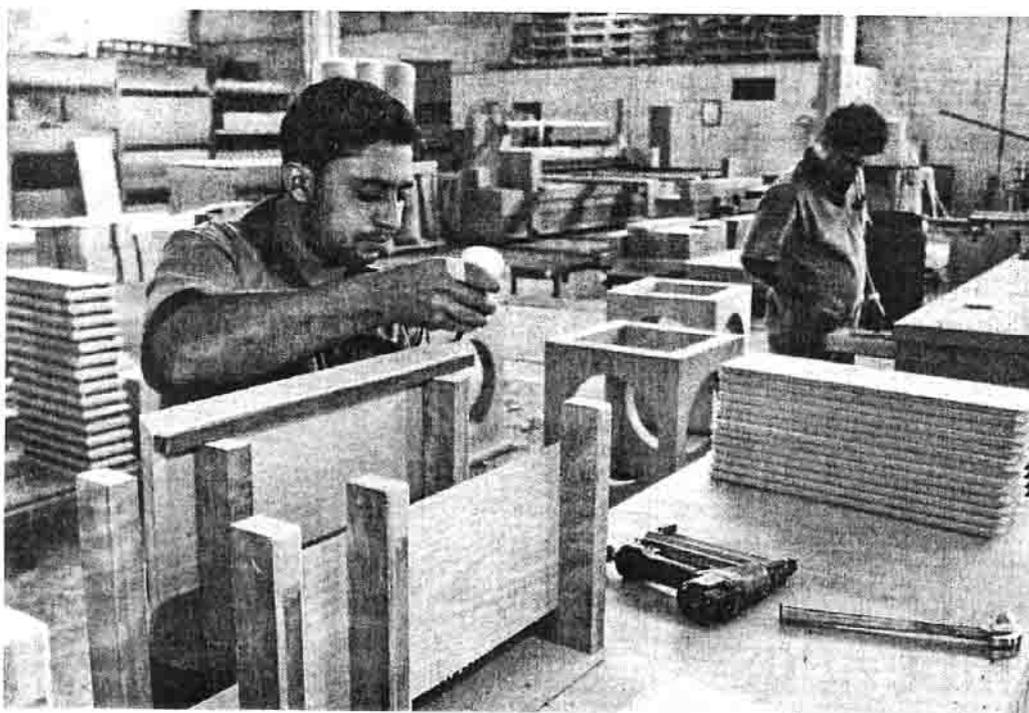
- ✓ Na comparação com mesmo período do ano passado, indicador subiu 3,2%
- ✓ Maior crescimento foi registrado na formação bruta de capital fixo

O Indicador Serasa Experian de Atividade Econômica registrou alta de 0,5% em maio, em relação ao mês anterior, sem influências sazonais. Já na comparação com o mesmo período do ano passado, a atividade econô-

mica cresceu 3,2%. Nos últimos 12 meses, o avanço fora de 5,1%. Quanto à demanda agregada, o maior crescimento foi registrado na formação bruta de capital fixo, com alta de 6,2% sobre abril. Na sequência, aparecem as

exportações de bens e serviços, com crescimento de 1,5%. O consumo das famílias teve alta de 0,5% e o consumo do governo, de 0,4%. As importações de bens e serviços, no mesmo período, subiram 0,8% em maio.

Pela perspectiva da oferta agregada, a indústria puxou para cima o ritmo da atividade econômica em maio. Tiveram os menores avanços a agropecuária, com alta de 0,2%, e o setor de serviços, com aumento de 0,7%.



## Motivos

O crescimento de 0,5% da atividade econômica em maio fez com que o trimestre registrasse crescimento de 0,7%, após ter apontado alta de 1,0% no trimestre encerrado em abril e de 1,3% no trimestre encerrado em março, descontadas as influências sazonais. Para os economistas da Serasa Experian, o resultado de maio é reflexo das medidas fiscais e monetárias, "que começam a produzir uma trajetória de desaceleração na economia, em linha com as necessidades de se promover a convergência da inflação à sua meta".

## 5,5 milhões de pessoas receberam abono salarial nesta semana

O Ministério do Trabalho informou nesta sexta-feira (22) que cerca de 5,5 milhões de trabalhadores receberam o abono salarial de R\$ 545 nesta semana, no começo do exercício 2011/2012. Segundo o go-

verno, o pagamento representou a injeção de R\$ 3 bilhões na economia.

O benefício foi pago, por meio de depósito, para trabalhadores que têm conta poupança na Caixa Econômica Federal ou conta

social. No total, 19,97 milhões de trabalhadores tiveram direito ao abono salarial neste exercício, com dispêndio de cerca de R\$ 10,9 bilhões em recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



## Congresso libera R\$ 175 milhões para Dnit

O Congresso descumpriu uma recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) e liberou R\$ 175 milhões para obras do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit), sus-

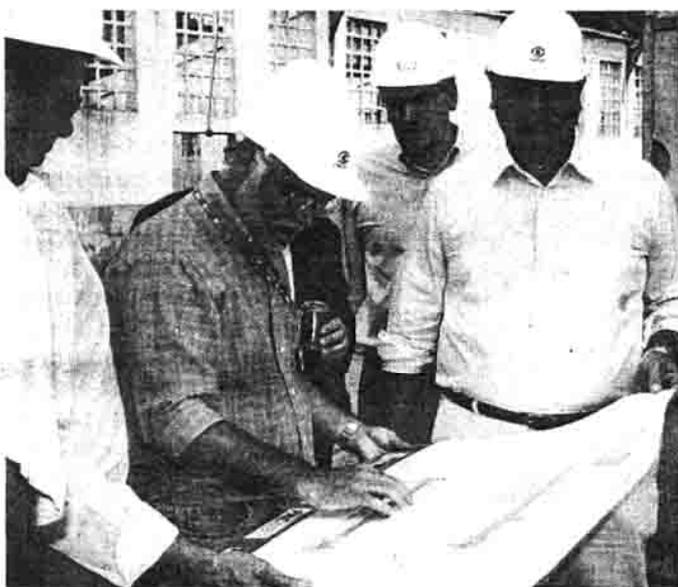
peitas de superfaturamento e de uma série de outras irregularidades. São obras do Dnit com indícios de desvios graves. O Tribunal de Contas da União fez auditorias e concluiu que as rodovias

não deveriam nem receber dinheiro público. Mesmo assim, o Congresso aceitou os argumentos do Dnit.

Na quarta-feira, o Jornal Nacional teve acesso a um novo relatório do Tribunal

de Contas da União (TCU), em que apontava superfaturamento de mais de R\$ 78 milhões em obras do Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit).

# Obras fazem parte do PAC



Ao todo, 63 obras comandadas pelo Dnit em rodovias brasileiras estão sendo fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União. Os técnicos do tribunal já descobriram superfaturamento nos contratos de execução de seis obras. Todas fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em Alagoas, o problema está na conservação e re-

cuperação da BR-101. No Paraná, foram reprovadas as obras de construção da BR -487 e do contorno rodoviário do município de Maringá, na BR -376. No Pará, o problema foi na pavimentação da BR- 230. Já no Rio Grande do Norte, o problema está nas obras de melhoria da BR-101. Em Rondônia, na construção da BR-429.

## Pagamentos indevidos

A conclusão dos fiscais do TCU é que pelo menos R\$ 78.612.226,00 estão sendo pagos de forma indevida às empreiteiras. A fatia reservada ao Dnit no orçamento geral da União para essas obras dói de quase R\$ 486 milhões.

Por causa do prejuízo aos cofres públicos, o Tribunal de Contas da União

já recomendou a paralisação imediata das obras. O levantamento do Tribunal ainda precisa ser analisado pelo Congresso Nacional. Só depois disso, e se o Congresso determinar, é que poderá haver a suspensão dos repasses de recursos para as empreiteiras responsáveis pelas obras.

